

Ulysses afirma que vai dirigir PMDB até o fim de seu mandato

Brasília — O presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reafirmou que coloca os interesses do povo e do país acima de seus interesses pessoais, mas negou por causa disso, pretenda desistir da presidência do PMDB. Ao contrário, afirmou que pretende exercer seu mandato à frente da executiva até o fim do mandato.

Na quarta-feira, indagado sobre os pedidos do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e do governador de São Paulo, Orestes Quércia, para que se afastasse da direção do PMDB, ele admitiu que poderia pedir licença. "O que for útil ao meu país", disse aos jornalistas em resposta a uma pergunta diretamente vinculada à sua renúncia à presidência do PMDB, "terá o meu assentimento, incentivo e iniciativa".

Ontem, no entanto, Ulysses

disse que suas declarações tinham sido feitas "em tom genérico". Questionado mais uma vez a respeito da presidência do PMDB, ele afastou a possibilidade de pedir licença. "Já dei demonstrações de desinteresse ao colocar o partido e a nação acima dos meus interesses, mas não vinculo essa declaração a uma decisão sobre o assunto", esquivou-se.

Ulysses disse também que considera compatíveis as três presidências que acumula hoje — do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados. "Tanto que as exerci até o presente momento", explicou. E não titubeou ao responder se permaneceria à frente do partido até abril de 1988, quando termina seu mandato na executiva: "É claro".

Mesa

A possibilidade de confronto

entre PMDB e PFL pelos cargos da mesa da Constituinte foi afastada por Ulysses. "A regra tem sido a realização de um acordo entre todos os partidos, e acredito que isso vá ocorrer", disse. "Se conseguirmos um acordo para aprovar o regimento e tantos assuntos difíceis, devemos ter também agora uma solução de entendimento".

A dificuldade para atingir esse acordo reside na primeira vice-presidência da Constituinte reivindicada pelo PMDB e pelo PFL. Segundo Ulysses, o líder Mário Covas deverá apressar os entendimentos com os demais partidos para chegar à composição da Mesa até a próxima quarta-feira, quando deverá ser feita a eleição. Por isso, Ulysses acredita que não haverá disputa em plenário, como ameaçou o PFL.

Novo líder desfaz acordo com PFL

Brasília — O PMDB não aceita entregar a 1ª vice-presidência da Constituinte para o PFL. A decisão foi tomada pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, desautorizando o acordo anteriormente firmado entre os deputados Luís Henrique e Ulysses Guimarães e o líder do PFL, José Lourenço. Ontem, Mário Covas comunicou a decisão a José Lourenço, que não concordou com o rompimento do acordo e ameaça não aceitar nenhum outro cargo da Mesa.

O vice-líder do PMDB no Senado, José Fogaça, depois de examinar a questão numa reunião com Mário Covas, disse que esta posição será levada à discussão da bancada na terça-feira. "Não existem bons moti-

vos para abrimos mão da vice-presidência e, se o PFL não quiser participar da Mesa, só temos a lamentar. Os cargos que corresponderiam a esse partido — 2ª vice e 2ª secretaria — serão negociados com outros partidos representados na Constituinte, como o PDT e o PTB", disse Fogaça.

O acordo firmado com o líder do PMDB na Câmara e o presidente do partido, segundo o líder do PFL, José Lourenço, garantia o cargo para os pefelistas. O partido já tinha até candidato, o deputado Humberto Souto. Mas o líder do PMDB, Mário Covas, depois de se reunir com alguns vice-líderes, concluiu que a bancada é contrária a esse acordo. O

PMDB agora vai indicar o senador Mauro Benevides para 1º vice-presidente.

Pela proposta de Mário Covas, o PMDB ficaria ainda com a 1ª secretaria, que seria ocupada, provavelmente, pelo deputado José Tavares (PR). Ao PFL caberiam a 2ª vice-presidência e a 2ª secretaria. O PDS teria a 3ª secretaria. Os demais seis cargos de suplentes seriam ocupados pelo PDT, PTB, PT, PL, PC do B e PFL. Se o PFL, em protesto contra a nova posição do PMDB, não quiser ter nenhuma representante na Mesa da Constituinte, os dois cargos que receberia serão distribuídos para o PDT e PTB.



Brossard foi com Richa (D) visitar Covas e relembrou o cerco do Exército ao Congresso

Fora da agenda, Sarney recebe visita de Covas

Brasília — "Não tenho nenhuma bomba de natureza política para contar dessa conversa", afirmou, sorrindo, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), depois da audiência de 30 minutos com o presidente José Sarney, no início da noite de ontem, no Palácio do Planalto. Sarney não autorizou a entrada de fotógrafos em seu gabinete para registrar o encontro.

Covas disse que pediu o encontro ao receber, anteontem, um telefonema do presidente Sarney, cumprimentando-o pela vitória. "Como meu nome não estava na agenda, o presidente voltou a telefonar, convidando-me para o encontro. Tivemos uma conversa geral sobre política e discutimos apenas aquilo que tradicionalmente se aborda nessas ocasiões. Conversamos sobre política", afirmou.

O líder do PMDB explicou ao presidente como pretende atuar na Constituinte. "Disse apenas que a tarefa de fazer a futura Constituição não pode ser balizada pela luta governo e oposição."

"No plenário da Constituinte não deverá prevalecer a Aliança Democrática, a menos que se queira fazer uma Constituição por consenso, do que eu discordo. O PMDB e o PFL certamente terão posições diferentes nas questões da reforma agrária e lei de greve. Isso mostra que uma aliança, que é transitória, não deve prevalecer quando se faz uma coisa permanente. A Constituição é um fato permanente", afirmou.

Brossard leva Covas a recordar cerco de 66

Brasília — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, esteve no início da tarde no Congresso para cumprimentar o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, por sua "bela vitória". A Covas, que lhe perguntou sobre o resultado de sua rodada de conversas com os governadores, no começo do ano, Brossard disse: "Vou iniciar outro giro, agora para a distribuição de veículos às secretarias de Segurança, nas capitais e nos principais municípios". Brossard chegou ao gabinete do líder acompanhado pelos senadores José Richa (PR) e José Fogaça (RS).

"Sua vitória seguiu um curso natural. Hoje eu disse a uma rádio gaúcha o que havia dito àquela época. Governo, qualquer tribo tem. Oposição como Mário Covas, só as nações civilizadas", disse Brossard, referindo-se ao ano de 1966, quando o então coronel do Exército Meira Matos comandou o cerco ao Congresso Nacional.

— Foram tempos difíceis — iniciou o ministro da Justiça.

— Pois é, lembro que a bancada quase toda veio para o Congresso resistir, ficamos uma semana — disse Covas.

— Não, não veio a bancada toda, éramos uns vinte — interrompeu o senador José Richa, antes de Covas retomar a palavra.

— Cortaram os telefones, depois a água, comíamos sanduíches, o Adauto Cardoso era o presidente do Congresso e recusou-se a entregar as chaves do Meira Matos. Ficou todos os dias abrindo e

fechando a sessão, só com aquele grupinho ali, só para resistir — recordou o líder do PMDB.

Richa continuou:

— O Amaral Neto foi barrado por um soldado que queria identificação dele e ele disse: "O senhor me conhece, não conhece? Pois então eu não preciso de identidade". Ele, antes de chegar no soldado, rasgou a identidade só pra armar aquela confusão...

— E o Martins Rodrigues (líder do PMDB) na hora daquela saída? — lembrou o ministro da Justiça.

Covas completou:

— Saímos de mãos dadas cantando o Hino Nacional, daqui do Congresso, de manhãzinha.

— Que coisa ridícula aquele cerco ao Congresso — disse o senador Richa dirigindo-se a Brossard: "Aqueles sujeitos rastejando aí fora na grama"...

— É, eu me lembro de vê-los, pela janela do Congresso, rastejando lá fora — recordou Covas.

Richa emendou:

— Que confusão aquilo tudo. Eles lá fora, aquela situação esquisita acontecendo, e nós, aqui dentro, não tínhamos nem um canivete.

Mudando o chapéu da mão direita para a esquerda, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, encerrou a visita nostálgica, de dez minutos:

— Pois é. Sua vitória é uma volta ao curso natural das coisas. Felicidades.

Pefelistas jogam para a arquibancada

Eliane Cantanhede

Brasília — Ao subir à tribuna da Constituinte e informar ao plenário e ao Brasil sobre as mudanças no imposto de renda que simultaneamente eram divulgadas pelo governo, no final da tarde de quinta-feira, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, deixou perplexo e irritado o PMDB e mostrou, mais uma vez, que seu partido está na ofensiva no processo político.

Mas a moira-mestra da ousadia do PFL é o instinto de sobrevivência. O partido foi pressionado pela derrota em 22 dos 23 estados e a significativa maioria do PMDB na Constituinte e empurrou na dianteira as bandeiras de maior preço para o eleitorado urbano, defendendo-se diretamente junto ao presidente José Sarney. Sempre com sucesso, aliás, como indica a decisão do governo de aumentar este ano em dois meses os prazos para pagamento parcelado do imposto de renda devido e de diminuir a carga do imposto recolhido na fonte.

Receptividade

É o novo PFL — garante o deputado Jaime Santana, maranhense e amigo pessoal de Sarney. Ele fez parte da comissão do partido encarregada de estudar a questão do imposto e ir ao gabinete presidencial apresentando

propostas concretas para diminuir as reações da sociedade ao atual sistema. Essa comissão, formada por deputados ex-secretários de Fazenda — além de Jaime Santana, José Tomaz Nonô (AL), Manoel Castro (BA) e Mussa Dernes (PI) — teve assessoria do também deputado e ex-ministro Francisco Dornelles (RJ) e do assessor especial da Presidência e ex-secretário da Receita Federal Luiz Patury Accioly. E recebeu um gesto de deferência de Sarney, que carimbou as propostas com o selo vermelho e preto, de "urgente", e as encaminhou o Ministério da Fazenda.

Menos de uma semana depois, as decisões foram oficialmente anunciadas e, nesse meio tempo, o partido já iniciara uma segunda investida. O Instituto Tancredo Neves, órgão vinculado ao PFL, encomendou um estudo sobre o IR a um grupo de professores da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e o distribuiu entre os 118 deputados, 14 senadores e cinco ministros liberais.

Notas econômicas

Esse estudo, assinado pelo professor de economia João Marcus Marinho Nunes, da FGV/SP, diagnostica que, durante o ano passado, o sistema do IR "não funcionou" e que, como a maioria dos contribuintes tem dinheiro a devolver à Receita, fatalmente haverá um alto grau de inadimplência — ou "uma ameaça à desobediência fiscal".



O diretor executivo do Instituto Tancredo Neves, deputado Lúcio Alcântara (CE), diz que esse estudo é apenas o primeiro de uma série de "notas econômicas" que, com edições quinzenais, serão sempre distribuídas aos mesmos destinatários, "para que o partido conheça os assuntos de maior interesse na sociedade e tenha poder de crítica".

As notas serão basicamente econômicas porque o PFL, estrategicamente, segundo Alcântara, descobriu que seu caminho passa por duas pontes: 1) a base teórica, pregada por longos anos pelo PMDB, quando em execução, não está agradando; 2) a principal arma do

PFL: a antagonização com o PMDB".

Alcântara, Jaime Santana e Nonô consideram que o PFL, que é oriundo do PDS — um partido de bases majoritariamente rurais —, deve rumar para o social-liberalismo, avançando em temas que capitalizem a esperada perda de prestígio de um PMDB que arca com o ônus de ser governo numa hora de indefinições e dificuldades.

Cacife

— Temos que investir nos pequenos e médios empresários, nos professores, nos estudantes, nos jornalistas — concorda Dornelles, que é um importante cacife do PFL para a economia, e pretende apresentar à discussão da

Constituinte, assim que terminada a fase de preenchimento da mesa, das comissões e subcomissões, a proposta de unificação do orçamento da União, estabelecendo explicitamente que o executivo não deve ter poderes para criar despesas.

— Todas as despesas e seus correspondentes recursos devem ser fixados pelo orçamento unificado aprovado pelo Congresso, inclusive as relacionadas com os subsídios — diz ele, explicando que essa medida, entre outras vantagens, propicia à sociedade o direito de decidir, via sua representação parlamentar, onde e como devem ser aplicados os recursos públicos. Além disso, protege o presidente da República e o ministro da Fazenda "das pressões, muitas pressões, que hoje são exercidas sobre eles".

Por conhecer bem o Banco do Brasil, funcionário de carreira há 26 anos, o deputado Saulo Queiroz (MS) abriu outra frente de luta do partido: capacitou uma nova comissão para defender junto a Sarney uma fórmula de equiparação dos funcionários do banco aos do Banco Central e, assim, tentar impedir a greve nacional prevista para o próximo dia 25. O BB tem 110 mil funcionários e Sarney gravou as propostas do PFL e enviou a fita também para o Ministério da Fazenda, apoiando essas propostas.

O PFL, contudo não investe apenas nas questões econômicas. Depois de ter criado o maior caso durante a votação do regimento da Constituinte — quando arrematou duas centenas de deputados e senadores para sair do plenário, impedindo a votação do artigo 57, que, na sua interpretação, atingiria o poder do presidente da República —, o partido está brigando pelos cargos. Na quinta-feira, sem qualquer comunicado ao PMDB, José Lourenço reuniu sua bancada e votou o nome do deputado Humberto Souto (MG) para a vice-presidência da Constituinte.

O que o partido não está conseguindo resolver são suas questões internas. O presidente nacional, Guilherme Palmeira, que se licenciou para disputar, sem sucesso, o governo de Alagoas, recebeu um apelo dos ministros liberais e do próprio Sarney para reassumir o cargo. Mas encontra resistências do deputado mineiro Maurício Campos, interino, que vislumbra nesse ato um ataque ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves — Palmeira é aliado do chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, e Aureliano e Maciel disputam a primazia da liderança nacional do PFL. De qualquer forma, a bancada mineira se reduziu em novembro do ano passado, de 22 para 10 deputados.